

Diversidade religiosa e cultura: como as escolas estaduais da cidade de Recife discutem as religiões afro-brasileiras no contexto do ensino de História da África

Religious diversity and culture: how the state schools of the city of Recife discuss the Afro-Brazilian religions in the context of teaching History of Africa

Aurenéa Maria de Oliveira

Licenciada em História (UFRPE/1996), mestre em Ciência Política (UFPE/2001) e doutora em Sociologia (UFPE/2006). É Pós-doutora pela PUC-PR em área de concentração Educação, Sexualidades e Religião (2014-2015). Atualmente é professora associada da UFPE, Centro de Educação, Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação. É também professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE (Núcleo de Teoria e História da Educação) e líder do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (REMS/UFPE) cadastrado no CNPq. É igualmente pesquisadora dos grupos Religiões, Identidades e Diálogos (UNICAP) e do Núcleo de Teoria e História da Educação (UFPE), ambos também cadastrados no CNPq. E-mail: aurenea@yahoo.com.br

Resumo:

Este artigo é fruto de resultados parciais de pesquisa que se encontra em andamento e que foi aprovada pelo pleno do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação da UFPE em março de 2017 e que tem duração até março de 2019. Nela se analisa as percepções de atores sociais envolvidos na rede estadual de ensino da cidade de Recife, estado de Pernambuco, acerca de questões como diversidade e (in) tolerância religiosa e isso é feito a partir de discursos sobre o ensino de História da África, Cultura africana e afro-brasileira, envolvendo as religiões Candomblé e Umbanda. As percepções dos atores estão sendo colhidas através de entrevistas com gestores, professores e representantes da Secretaria de Educação, considerando as relações étnico-raciais como imbricadas ao processo de aceitação e reconhecimento das religiões africanas no Brasil. Assim, realiza-se um trabalho metodológico com base na Análise do Discurso (AD) de vertente francesa, representada por Michel Pêcheux e Eni Orlandi, e um teórico, pautado na Teoria do Discurso (TD) elaborada por Ernesto Laclau. O exame dos dados, até o presente momento, tem sinalizado para um discurso hegemônico que rejeita as religiões de matriz africana como temática relevante no ensino de História da África, esboçando preconceitos e estigmas sociais e raciais devido, sobretudo a forte presença de uma ideologia cristã, de vertente evangélica, entre a comunidade que compõe e representa os espaços escolares pesquisados.

Palavras-chave: Ensino de História da África. Religiões Afro-brasileiras. Lei 10.639/03.

Abstract:

This article is the result of partial results of research that is underway and was approved by the plenary of the Department of Socio-Philosophical Foundations of Education of UFPE in March 2017 and that lasts until March 2019. It analyzes the perceptions of social actors involved in the state education network of the city of Recife, state of Pernambuco, on issues such as diversity and (in) religious tolerance and this is done from discourses on the teaching of History of Africa, African and African culture -Brazilian, involving the Candomblé and Umbanda religions. The perceptions of the actors are being collected through interviews with

managers, professors and representatives of the Education Department, considering ethnic-racial relations as imbricated to the process of acceptance and recognition of African religions in Brazil. Thus, a methodological work is carried out based on the French Speech Analysis (AD), represented by Michel Pêcheux and Eni Orlandi, and a theorist, based on the Discourse Theory (TD) elaborated by Ernesto Laclau. The analysis of the data up to the present moment has pointed to a hegemonic discourse that rejects the religions of African matrix as a relevant theme in the teaching of African History, outlining social and racial prejudices and stigmas due, above all, to the strong presence of a Christian ideology, of an evangelical dimension, between the community that composes and represents the researched school spaces.

Keywords: History of Africa teaching. Afro-Brazilian religions. Law 10.639 / 03.

Introdução

A discussão em torno da obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura africana e afro-brasileira (domínio onde também se insere a temática das religiões) em escolas das redes públicas e privadas do Brasil, por meio da sanção da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, é recorrente nas pesquisas que vêm sendo realizadas sobre relações étnico-raciais e educação. Recentemente, pesquisas de Iniciação Científica foram empreendidas por Souza e Oliveira (2011)¹, Ferreira e Oliveira (2012)², Mattos e Oliveira (2013)³ e Lopes e Oliveira (2014)⁴, trazendo à tona observações que assinalam, entre outros pontos, a situação de descaso com a lei sancionada em 2003 na prática escolar de escolas públicas no estado de Pernambuco.

Segundo Santos e Souza (2013)⁵, esse desinteresse decorre de um longo processo difusor de um ideário racista propagado por grupos étnicos socialmente hegemônicos, sobre uma suposta inferioridade da população negra, através da criação de conceitos para o estabelecimento de uma sociedade racialmente hierarquizada. Para esses autores, tais ações obtiveram êxito no sentido de que universalizaram e impregnaram, na cultura brasileira, práticas discriminatórias, naturalizando-as,

¹ SOUZA, Jaqueline Saraiva e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Multiculturalismo, Alteridade e Religiões Afro-Brasileiras*: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2011.

² FERREIRA, Cristiano Cavalcante e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Ensino das Religiões Afro-Brasileiras*: problematizando a discussão nas escolas públicas pernambucanas a partir da obrigatoriedade do ensino da História da África. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2012.

³ MATTOS, Cláudio Henrique e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Ensino das Religiões Afro-Brasileiras*: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2013.

⁴ LOPES, Zilma Adélia e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Religiões Afro-Brasileiras*: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2014.

⁵ SANTOS, Richard Christian Pinto e SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Contribuições do Movimento Negro e das teorias críticas do currículo para a construção da educação das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, nº 1, p. 179-192, Biênio: ago 2011 a jul 2013.

inclusive, entre os próprios afro-descendentes. Destaque-se que a permanência dessa prática discursiva também traz consigo o problema da intolerância religiosa (FERREIRA e OLIVEIRA, 2012; MATTOS e OLIVEIRA, 2013)⁶. Assim, a escola tem sido considerada não como um espaço neutro, mas representante de interesses políticos de determinados grupos e a composição do currículo escolar, nessa perspectiva, tem sido vista como palco de disputas entre atores sociais (SANTOS e SOUZA, 2013)⁷.

Seguindo essa tendência, compreende-se o currículo escolar, no caso aqui de História especificamente, como tendo sido constituído por meio de embates políticos na busca da hegemonia de uma determinada proposta sobre outras. No que toca à questão da inclusão da temática de História da África, é possível identificar a presença do discurso do Movimento Negro como ator hegemônico nesse processo, pois, em suas lutas por afirmação social e legal contra os preconceitos historicamente sofridos, esse grupo entende a educação como um campo profícuo de atuação (LOPES e OLIVEIRA, 2014)⁸. Para Santos e Souza (2013)⁹, os embates travados por esses militantes, desde a reabertura política dos últimos anos do século XX, resultaram na Lei 10. 639/03, bem como na implementação de programas de Ações Afirmativas para ingresso e permanência de pessoas negras nas Instituições de Ensino Superior do Brasil (SANTOS e SOUZA, 2013)¹⁰.

Nesse sentido, é possível também sublinhar os pontos onde as políticas curriculares são submetidas, hibridizadas e hegemônicas, conforme nos sugere o conceito de hibridismo na visão de Garcia-Canclini (MATOS e PAIVA, 2007)¹¹ e sobre isso é pertinente destacar que o ensino de História da África deslocou-se de um estágio de reconhecimento das identidades em luta, para o da

⁶ FERREIRA, Cristiano Cavalcante e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Ensino das Religiões Afro-Brasileiras*: problematizando a discussão nas escolas públicas pernambucanas a partir da obrigatoriedade do ensino da História da África. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2012. ⁶ MATTOS, Cláudio Henrique e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Ensino das Religiões Afro-Brasileiras*: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2013.

⁷ SANTOS, Richard Christian Pinto e SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Contribuições do Movimento Negro e das teorias críticas do currículo para a construção da educação das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, nº 1, p. 179-192, Biênio: ago 2011 a jul 2013.

⁸ LOPES, Zilma Adélia e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Religiões Afro-Brasileiras*: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2014.

⁹ SANTOS, Richard Christian Pinto e SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Contribuições do Movimento Negro e das teorias críticas do currículo para a construção da educação das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, nº 1, p. 179-192, Biênio: ago 2011 a jul 2013.

¹⁰ SANTOS, Richard Christian Pinto e SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Contribuições do Movimento Negro e das teorias críticas do currículo para a construção da educação das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, nº 1, p. 179-192, Biênio: ago 2011 a jul 2013.

¹¹ MATOS, Maria do Carmo e PAIVA, Edil Vasconcelos de. Hibridismo e Currículo: ambivalências e possibilidades. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n. 22, p. 185-201, jul/dez 2007.

legitimação do discurso político interpretado, ressignificado e homogeneizado pelos sujeitos em ação (LOPES e OLIVEIRA, 2014)¹².

Assim, o sentido das políticas em questão não permanece o mesmo: é temporal, significado e ressignificado de acordo com sua relação com outros elementos sócio-históricos. Não obstante sua efemeridade, o sentido apresenta uma estabilidade precária, mas existente, graças, segundo Laclau (1985)¹³, a pontos nodais que em sua teoria, significam elementos articuladores de diferenças decorrentes da pluralidade dos grupos envolvidos em lutas e de suas demandas. Tais Pontos nodais são estabelecidos nas fissuras de práticas discursivas relacionadas ao conjunto de regras de uma determinada situação (FERREIRA, 2011)¹⁴.

Contudo, apesar disso, podemos afirmar que as políticas curriculares, hibridizadas na prática discursiva escolar, ao mesmo tempo em que se deslocam, sofrem também movimentos de conservação, pois o discurso, segundo aponta Orlandi (2002), “[...] funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação”¹⁵, ainda que inconsciente ou semi-inconscientemente, por meio dos esquecimentos. Sendo assim, foi tarefa nessa pesquisa não interpretar os discursos dos entrevistados, mas sim, explicitar, dentro destes, os processos de identificação, ou seja, manutenções e deslocamentos discursivos, levando em consideração no tocante a esse trabalho, as ideologias presentes nas formações discursivas que são atuantes em suas falas.

Dito isto, elaborou-se como objetivo geral o de observar qual o lugar que as religiões afro-brasileiras têm ocupado no ensino de História da África em escolas estaduais da cidade de Recife, no estado de Pernambuco; e como objetivo específico, o de verificar a relação existente entre racismo, tolerância/intolerância religiosa e alteridade no trato das religiões afro-brasileiras no ensino da História da África em escolas estaduais da cidade de Recife. Tudo isso perpassa, como consequência, o debate sobre o lugar que o negro ocupa em nossa sociedade, levando em consideração a implantação da Lei 10.639/03.

Metodologia, Resultados e Discussão

¹² LOPES, Zilma Adélia e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Religiões Afro-Brasileiras: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África*. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2014.

¹³ LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.

¹⁴ FERREIRA, Fábio. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 127, p. 12-18, dez 2011.

¹⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002, p. 73.

Esta pesquisa dividiu-se em algumas etapas, dentre as quais umas ainda se encontram em andamento. Na primeira delas, procurou-se realizar leituras basilares a respeito do aporte teórico e metodológico do trabalho. Assim, as primeiras reuniões realizadas no REMS, que é o Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades que coordeno, consistiram em discussões direcionadas a uma compreensão dos conceitos centrais da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, cujos principais representantes trabalhados foram Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Também se discutiu percepções acerca do termo “hibridismo”, especialmente nas reflexões de Garcia-Canclini e Homi Babha. Dialogou-se ainda sobre os conceitos de “alteridade” e “intolerância” e sobre diretrizes ao redor do ensino de História da África.

Em seguida, iniciou-se a etapa da coleta de materiais na qual fora realizada uma cartografia, isto é, um mapeamento de escolas estaduais da cidade de Recife que possuem o ensino de História da África, selecionando entre estas, aquelas que ofertavam este tipo de ensino há mais tempo. Depois disto, começaram as idas a campo, de posse de um questionário semi-estruturado, a fim de se produzir entrevistas com gestores desses estabelecimentos e professores que ministravam o ensino de História da África. No total, até o presente momento, visitamos quatro (04) escolas estaduais de Recife, realizando nelas oito (08) entrevistas. Neste processo de entrevistas, busca-se também coletar depoimentos de sujeitos representantes da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco; realizou-se até agora com estes, uma (01) entrevista.

Após a realização deste primeiro bloco de entrevistas, iniciou-se o processo de transcrição e exame delas, este último feito utilizando-se recursos da Teoria do Discurso e da metodologia da Análise do Discurso de vertente francesa. Assim, procurou-se identificar as ideologias presentes nos discursos dos atores sociais entrevistados.

Sobre a relação entre a Teoria do Discurso (TD) e a Análise de Discurso (AD), o cientista político Joanildo Burity (2007)¹⁶, ao escrever sobre as distâncias e aproximações entre elas, explica que o discurso para a TD está para além da visão da AD haja vista que naquela (TD) ele é entendido como um sistema relacional em que linguagem e ação se articulam. Sendo assim, o discurso, para a Teoria do Discurso, em si mesmo seria um ato, uma prática, o que não ocorre na AD. Para este autor então, esse sistema elaborado pela TD, impulsiona o conceito de discurso para uma perspectiva que

¹⁶ BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Análise do Discurso: sobre Política e Método. In: WEBER, Silke e LEITHAUSER, Thomas (org.). *Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social*. Recife: Ed.UFPE, 2007, p. 01 a 08.

o faz ultrapassar a estrutura linguística propriamente dita, posto que, o envolve em disputas políticas entre grupos na busca por hegemonia, o que implica em ação concreta e não meramente retórica.

Em comum, o mesmo autor explica que ambas, isto é, TD e AD entendem o campo discursivo como histórico e político, portanto, impregnado de ideologias que refletem/reverberam o social. Aceito isto, foi trabalho feito, até o presente momento, primeiro, identificar por meio da AD, nas formações enunciativas de nossos entrevistados, as principais ideologias atuantes no trato do ensino de História da África e, segundo, localizar o *status* que as religiões de matriz africana ocupam neste processo; em seguida, buscou-se, por meio da TD, apontar quais seriam os discursos hegemônicos nas falas dessas mesmas pessoas entrevistadas em relação às suas percepções sobre diversidade, racismo e intolerância e o modelo de ensino que defendem para a História da África.

Conforme dito anteriormente, o número total de escolas visitadas (escolhidas pelo maior tempo de oferta de ensino de História da África) até o momento foi de quatro (04) estaduais de Recife, com a totalidade de oito (08) entrevistas realizadas nelas. Apresentamos abaixo o quadro das escolas visitadas que colaboraram para esta pesquisa e os respectivos entrevistados:

Quadro 1 - Escolas Estaduais de Recife

Nome da Instituição	Entrevistados
Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima	01 Professora de ensino de História da África 01 Gestor
Escola Estadual de Recife Professor Leal de Barros	01 Professora de ensino de História da África 01 Gestora
Escola Estadual Poeta Manuel Bandeira	01 Professor de ensino de História da África 01 Gestora
Escola Estadual de Recife Doutor Fábio Correa	01 Professor de ensino de História da África 01 Gestor

Fonte: Elaboração da autora

Na Secretaria de Educação Estadual procurou-se coletar o depoimento de pessoas que pudessem responder em nome desse respectivo órgão acerca da temática proposta neste trabalho. Assim, lá se obteve, até agora, uma (01) entrevista, totalizando no geral, nove (09) entrevistas. Além disso, nessa secretaria obteve-se material didático sobre a Educação Étnico-racial efetuada no estado de Pernambuco; este material será analisado em próxima etapa dessa pesquisa.

A princípio, por meio do arcabouço teórico-metodológico da Teoria do Discurso e da Análise de Discurso, tomou-se como principal questão norteadora no exame das entrevistas, identificar as ideologias dos atores entrevistados sobre diversidade e (in) tolerância, destacando-se neste processo as formações discursivas que envolviam o debate sobre religião e racismo.

Antes de expor os resultados parciais dessa análise, destaca-se que no esforço de reflexão geral sobre o material colhido, considerou-se como relevante a relação entre realidade e linguagem. Deste modo, expõe-se que se concorda com a Teoria do Discurso quando afirma que “[...] o discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui”¹⁷. Neste aspecto, entende-se que o real se constrói a partir da linguagem e, por isso, ele só existe dentro de um discurso que lhe torne possível. Se não houver discurso, não existe significação, portanto realidade¹⁸. Diante disso, sublinha-se abaixo a fala de um professor de ensino de História da África entrevistado que explicita:

[...] eu começo a perceber, por exemplo, que quando eu começo a discutir racismo, que muitos já sofreram racismo, [...] e não percebiam: “ah, professor, eu não sabia que isso era racismo”; ou que praticou e não sabia... “ah, professor, eu chamei meu colega ou meu primo ou meu irmão disso e eu não sabia que isso era racismo”. E você percebe que não é má fé. Percebe que realmente é falta de informação (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 1).

É possível identificar no discurso desse educador, que se afirmou como militante do Movimento Negro e candomblecista, que, mesmo que o racismo exista na experiência de seus alunos, a significação dessa realidade só pôde ser construída a partir de suas aulas, pois, antes dessa intervenção, seus alunos não atribuíam tal significado às práticas sofridas, ou por eles realizada. O racismo se tornou então real para estes por meio do discurso do educador. No discurso de outra professora, sobre essa mesma questão, nota-se o entendimento sobre a tolerância/intolerância religiosa:

Ele [aluno cristão de vertente evangélica pentecostal] não consegue enxergar que por trás, de certo modo, da cultura de não aceitação do Candomblé de seus colegas, existe de modo indireto a prática racista. Eles não conseguem enxergar isso. E, muitas vezes, não é nem por má fé, mas por ignorância. Nas aulas de ensino de História da África, tento tratar isso, mas muitas vezes sou surpreendida com ameaças por parte da comunidade escolar (PROFESSORA DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 2).

Numa análise desse recorte de fala, feita a partir das ferramentas interpretativas da AD, pode-se observar que formações enunciativas sobre a resistência de estudantes a outros estudantes de religião de matriz africana em sala de aula, para a professora, não constitui diretamente em racismo. Isso expõe a ideologia da invisibilidade deste racismo e conseqüentemente da intolerância religiosa, esta invisibilidade atenuada por meio de um eufemismo caracterizado por ignorância ou falta de

¹⁷ FERREIRA, Fábio. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 127, p. 12-18, dez 2011, p.13.

¹⁸ FERREIRA, Fábio. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 127, p. 12-18, dez 2011.

percepção do discente. Mas, isso se transforma na medida em que o professor/professora inicia um processo de “conscientização” deste processo junto aos estudantes por meio do ensino de História da África; no primeiro caso, este trabalho de elucidação do racismo não sugere resistência, mas no segundo, há até ameaças.

Contudo, na segunda fala supracitada do grupo de professores entrevistados e em outras falas deste mesmo segmento e do segmento de gestores, há algo de hegemônico em termos discursivos que ocorre por meio da associação que se realiza entre a questão da intolerância religiosa e ao trato com as religiões afro-brasileiras neste tipo de ensino; tal intolerância se manifesta, sobretudo, por parte de alunos ou pais de alunos de vertente cristão-evangélico:

Há uma dificuldade de aceitação do aluno evangélico das religiões de matriz africana, mesmo que a gente trate como cultura africana (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 4).

Já tivemos vários problemas com alunos e pais de alunos quando tentamos introduzir nos temas afro as religiões Umbanda e Candomblé. Tem professor que foi até ameaçado (GESTORA DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 1).

Neste aspecto tem se identificado, na maioria das entrevistas realizadas, especialmente junto aos professores de ensino de História da África, um destaque sobre a percepção de práticas de intolerância por parte de estudantes e familiares religiosos evangélico-cristãos no que se refere ao trato e ao conteúdo de ensino de História da África sobre religiões de matriz africana. Assim, os professores da rede estadual de Recife apontaram essa situação, comparando o comportamento daqueles evangélicos em relação a outros grupos religiosos (católicos, kardecistas, espiritualistas...), afirmando que estes últimos se apresentam mais “abertos” e menos intolerantes que aqueles, quando o assunto é religião de matriz africana em sala de aula. Diante disso, o discurso acerca da intolerância evangélico-cristão em relação ao trato com as religiões afro-brasileiras é hegemônico e tido como o maior causador de obstáculos quando o assunto são estas religiões neste tipo de ensino.

No que se refere ao modelo/função do ensino de História da África, hegemonicamente as falas dos docentes e gestores da rede estadual em Recife entrevistados apresentaram uma ideologia defensora da democracia, dos direitos humanos, numa lógica de justaposição de diferenças, em que todos devem respeitar a diversidade:

É necessário para o fim da ignorância e avanço da democracia que se reconheça a contribuição não só do trabalho do negro, mas de sua cultura para este país e essa disciplina tem essa missão (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 4).

Não sei se vamos conseguir isso, mas o combate à ignorância e a defesa dos direitos humanos são para mim os fins desse tipo de ensino. O respeito a todas as diferenças (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 3).

Essa ideologia encontra-se presente também no discurso do representante da Secretaria de Educação entrevistado. Esse discurso da democracia, dos direitos humanos, é de viés marcadamente multicultural liberal, haja vista que reforça um modelo social em que se defende a integração, junto à sociedade, de grupos culturais diferentes, “tolerando-se” as práticas culturais diversificadas sem o diálogo acerca de como estas diferenças foram construídas e hierarquizadas socialmente (OLIVEIRA, 2008)¹⁹.

O ensino de História da África tem esse compromisso de discutir sobre a contribuição dos africanos nesse país, mas isso feito sem mágoas ou ressentimentos. Na esfera dos direitos humanos, o ideal não é o de reparação histórica, acho por sinal essa palavra muito inadequada, mas é o de democracia, respeito de todos os grupos étnicos na constituição desse país (REPRESENTANTE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO).

Esse discurso multicultural liberal foi também marcadamente hegemônico na fala dos entrevistados de orientação religiosa cristã. Neste aspecto, dos 09 entrevistados até o momento, apenas um se disse não cristão, se assumindo de vertente candomblecista; os outros se assumiram ou como católicos ou como protestantes. Diante disso, a ideologia de pluralismo e tolerância religiosa presente nesses discursos de cristãos, deve ser observada com cautela, pois há diferença entre compreender o pluralismo como coexistência de diversos e entender o pluralismo como respeito às diferenças (OLIVEIRA, 2008)²⁰.

Havendo pluralidade não necessariamente há tolerância; pode ocorrer até mesmo o agravamento da intolerância em contrapartida, caso determinados grupos sintam-se ameaçados por outros dessemelhantes. Assim, a tolerância não seria uma neutralidade absoluta em relação ao modo de ser do outro, mas sim, não se horrorizar e, sobretudo não negar - o que se configuraria em intolerância - o direito à existência desse (s) Outro (s), diferente (s) de nós, de existir (OLIVEIRA, 2008)²¹.

Neste aspecto, a ideologia folclórica, no sentido de aproximar a cultura e as religiões de matriz africana às manifestações festivas, é um exemplo dessa tendência da ideologia multicultural liberal

¹⁹ OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 239-264, 2008.

²⁰ OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 239-264, 2008.

²¹ OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 239-264, 2008.

de justapor diferenças, sem respeitá-las. Este tipo de discurso emergiu, sobretudo, na fala dos gestores de escolas que deram visibilidade ao negro e a sua cultura no espaço escolar, apenas em datas comemorativas como as do dia da Consciência Negra, do “fim” da escravidão, etc.

História da África trabalhamos nos dias de comemorações, afinal essa é uma cultura muito alegre, de muita dança, festa. Em todas as datas de comemorações fazemos festa na escola para celebrar as diferenças (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 2).

Identificamos ainda a presença de um discurso hegemônico entre os entrevistados, que confere ao ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira a obrigatoriedade por força legal; neste caso, um discurso legalista. Houve igualmente a presença do discurso da transversalidade, isto é, da distribuição da temática de História da África e Cultura afro-brasileira nas diversas disciplinas e não apenas na de História:

História da África hoje é trabalhado em todos os componentes curriculares em todos os anos. Agora, a título de conteúdos específicos, é trabalhado em História. Mas todos trabalham. Dentro de seu cotidiano, está inserido, ao longo do ano, ações voltadas para a temática História da África. A legislação traz essa exigência e isso aí, vamos dizer assim, está pulverizada em todos os componentes curriculares (GESTOR DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 2).

O ensino de História da África é dado por força da lei, não podemos fugir a lei, isso mesmo que muitos de nós não gostem (GESTORA DE ESCOLA ESTADUAL DE RECIFE 3).

Sobre o debate acerca da reparação histórica que entende a Lei 10.639/03 e o ensino de História da África e da Cultura afro-brasileira como ações que podem, de certo modo, compensar os sofrimentos dos afro-brasileiros no passado, localizou-se apenas um discurso com essa ideologia presente, não por coincidência o do professor militante do Movimento Negro e de religião candomblecista:

Até pra gente dar espaço a sujeitos que foram reprimidos durante toda uma História no Brasil. Então é um momento de, realmente, de aparecermos. Nada mais justo do que uma lei como a 10.639/03. Mas, tem muita resistência da comunidade escolar, da parte dos professores, por falta de orientação, às vezes, por que acham que tudo está ligado ao universo do Candomblé e da Umbanda. Só que isso é importante, o falar sobre essas religiões é falar dessa cultura. O ensino de História da África é uma realidade, é uma reconstituição, reparação histórica. Sabemos que fomos marginalizados ao longo da história e pedimos justiça. Agora tem muito professor que não foi preparado para isso (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 1).

Assim, neste recorte de fala podemos identificar, além da ideologia da reparação histórica, dois outros discursos: a de que os professores ligam o ensino de História da África às religiões de matriz africana, não compreendendo que estas refletem um aspecto importante do domínio da

“História da África e Cultura afro-brasileira; e a de que há carência de orientação entre o professorado sobre a temática:

Os professores falam assim: “Nós não sabemos... Nós não temos subsídios... Os alunos não querem trabalhar... os pais dos alunos não querem trabalhar por que falam que é coisa de bruxaria, é coisa de catimbó...”. Ignorância. Muita ignorância eu vejo nos professores quando se deparam com a questão de trabalhar com História e Cultura africana (PROFESSOR DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA 1).

Esta ideologia da reparação histórica, estranhamente não foi identificada, até o momento, junto a nenhum gestor, outro professor ou mesmo, o representante da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco entrevistado. Isso promove repercussões significativas quando se analisa o bom êxito ou não do trabalho feito com a Lei 10.639/03 na localidade em questão.

Considerações Finais

Até o momento de realização dessa pesquisa foi possível identificar, através da metodologia da Análise de Discurso, algumas ideologias presentes nas falas dos atores sociais entrevistados: a da democracia, vinculada ao discurso dos direitos humanos; a multicultural liberal, que defende uma justaposição entre as diferenças e os indivíduos e suas respectivas opções religiosas; a da reparação histórica e conscientização do negro como protagonista; a da transversalidade, com diluição do ensino de história e cultura africana em todas as disciplinas, pela interdisciplinaridade; a folclórica, que aproxima as religiões afro-brasileiras às festas; a legalista, que aponta para a presença do ensino de História da África nas salas de aula por “força da lei”; contudo, em relação ao trato com as religiões afro-brasileiras, a ideologia hegemônica foi a que identificou o discurso evangélico-cristão, como colocador de barreiras ao trabalho cultural feito nesse ensino em questão.

De modo geral, dentre essas ideologias localizadas por meio da AD, a Teoria do Discurso (TD) situou como mais hegemônicas, além da mencionada acima, as relacionadas ao trato do ensino de História da África como discurso liberal, haja vista que este discurso liberal entende o negro, seu lugar e o de sua cultura e religiões mais numa perspectiva de justaposição, que de diálogo e enfrentamento de conflitos e disputas sociais existentes.

Desse modo, a ideologia liberal, junto com a do discurso evangélico-cristão - que se reitera, não dá visibilidade às religiões afro-brasileiras no ensino de História da África - sinalizam, apesar dessa pesquisa está sendo feita em escolas com maior tempo de trabalho com esse tipo de ensino em escolas estaduais de Recife, para uma aplicação pouco significativa da Lei 10.639/03 em Pernambuco.

Neste aspecto, as ideologias sublinhadas possibilitaram entender, até o momento nas escolas pesquisadas, o “lugar” do negro - este ressignificado na sala de aula - no ensino de História da África, como ainda não reconhecido positivamente. Assim, entende-se que os discursos articulados nesse contexto confluem para a formação de processos de identificação e significação, ou seja, contribuem para a identificação do indivíduo como “negro” ou “não-negro”. É nesse jogo que podemos localizar questões referentes à alteridade e (in) tolerância religiosa, isto é, no próprio ambiente escolar, na prática de ensino, onde o discurso dos sujeitos/professores e gestores, por exemplo, é carregado de ideologias.

Por sua vez, os sujeitos/alunos se apropriam desses discursos, os interpretam subjetivamente, isto é, lhes dão significado, (os hibridizam mais uma vez) e se identificam ou não com essa identidade afro-brasileira. Desse modo, na medida em tal identidade vai se tornando visível positivamente, indivíduos que antes eram estigmatizados e marginalizados historicamente, passam a ocupar um “lugar” mais reconhecido de poder no campo social.

No entanto, tal processo de empoderamento do negro, ainda não se vê ocorrendo nas escolas pesquisadas em Recife, através do ensino de História da África. Neste caso, tal ensino podendo trazer visibilidade a esta etnia e a sua cultura, oportuniza a população afro-brasileiro legitimidade e pertencimento, ainda mais num momento em que buscamos consolidar, de modo multicultural, a formação histórica do Brasil, ou seja:

No momento em que se discute a escola que queremos, sendo pautada no respeito e reconhecimento da diversidade, da tolerância para com o próximo e em constituí-la como um espaço democrático, falar sobre as religiões afro-brasileiras em sala de aula pode ser um ponto de partida para que os alunos conheçam parte de sua história, da história dos negros no Brasil, além de mostrar a sua importância para a formação do universo cultural do país²².

Assim, diante do panorama até então pesquisado, torna-se indispensável o ensino de História da África, não só como tema transversal, mas igualmente como disciplina destinada a dialogar com a presença da etnia negra na constituição e consolidação do Brasil como nação, discutindo a estigmatização e a relação de lugar deste segmento. Este tipo de ensino propõe um modelo educacional que mais democrático, possibilita a participação e representação das várias raças na escola. Mas infelizmente, nos espaços pesquisados da rede pública estadual de Recife, reitera-se que

²² SILVA, Maria Rejane da e MOREIRA, Harley Abrantes. Religiões Afro-Brasileiras em Sala de Aula a partir da Análise de uma Turma de Educação de Jovens e Adultos. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. *Anais XVII Simpósio Nacional de História*. Natal, julho de 2013. p. 01-13. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952202_ARQUIVO_rEJANE-ARTIGOANPUH.pdf. Acesso em: 16 março de 2018, p. 02.

até o momento, verificou-se, através dos discursos dos entrevistados, pouca visibilidade a certos temas afros, especificamente às religiões afro-brasileiras como Candomblé e Umbanda, o que compromete a ressignificação da identidade africana nesta localidade. Isso ocorre como vimos, segundo as falas dos entrevistados, devido à intolerância por parte de grupos evangélico-cristãos que possuem dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença religiosa.

Diante disso, ressalta-se que a lei 10.639/03, que atua sobre o ensino de Ensino de História da África, traz consideráveis contribuições para o campo educacional no Brasil, mas ela precisa ser mais bem efetivada através de maiores exigências no trato do lugar do negro e de conteúdos programáticos que envolvam sua história, isso feito ou como tema transversal nas várias disciplinas, ou em uma disciplina específica como a de História da África.

Referências

BRASIL. *Lei nº 9.394/1996*. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

_____. *Lei nº 10.639/2003*. Diário Oficial da União. Brasília, 10 de janeiro de 2003.

_____. *Parecer CNE/CP nº 3/2004*. Diário Oficial da União. Brasília, 22 de junho de 2004.

_____. *Lei 11.645*. Diário Oficial da União. Brasília, 10 de março de 2008.

_____. *Estatuto da Igualdade Racial: Lei nº 12.288/2010*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Análise do Discurso: sobre Política e Método. In: WEBER, Silke e LEITHAUSER, Thomas (org.). *Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social*. Recife: Ed. UFPE, 2007, p. 01 a 08.

FERREIRA, Cristiano Cavalcante e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Ensino das Religiões Afro-Brasileiras: problematizando a discussão nas escolas públicas pernambucanas a partir da obrigatoriedade do ensino da História da África*. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2012.

FERREIRA, Cristiano Cavalcante; LOPES, Zilma Adélia e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Pluralismo, Alteridade e Religiões Afro-brasileiras: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda sobre o lugar do negro no currículo e ensino da História da África. XI COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES; VIII COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES; I COLÓQUIO LUSO-AFRO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES, 2014, Minho. *Anais do XI Colóquio sobre Questões Curriculares; VIII Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares; I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro sobre Questões Curriculares*. Minho: De Facto Editores - Santo Tirso, v.1., 2014, p.1191-1196.

FERREIRA, Fábio. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 127, p. 12-18, dez 2011.

GABRIEL, Carmem Teresa e COSTA, Warley da. Que Negro é esse que se narra no Currículo de História? *Revista Teias*, v. 11, n. 22, p. 93-112, maio/agosto 2010.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.

LOPES, Alice Casimiro. Por que somos tão disciplinares? *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 9, p. 201-212, out.2008.

LOPES, Zilma Adélia e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Religiões Afro-Brasileiras: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África*. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2014.

MATOS, Maria do Carmo e PAIVA, Edil Vasconcelos de. Hibridismo e Currículo: ambivalências e possibilidades. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 7, n. 22, p. 185-201, jul/dez 2007.

MATTOS, Cláudio Henrique e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Pluralismo, Alteridade e Ensino das Religiões Afro-Brasileiras: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda acerca do lugar do negro no currículo e ensino da História da África*. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Entre Máscaras e Espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. *Revista História Hoje*, nº 1, p. 29-44, Biênio: ago 2011 a jul 2013.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Multiculturalismo, Pluralismo e (In) Tolerância Religiosa: o relacionamento dos espíritas pernambucanos com os adeptos de outras religiões (1990-2004)*. Recife, UFPE, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, tese de doutorado, 2006.

_____. Preconceito, Estigma e Intolerância Religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. *Estudos de Sociologia*, v. 13, n. 1, p. 239-264, 2008.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; REIS, Maria da Conceição dos; MENEZES, Vilde Gomes de; FERREIRA, Cristiano Cavalcante. Legislação Afro-Brasileira e o Lugar que as Religiões de Matriz Africana Ocupam no Ensino de História da África em Escolas de Pernambuco. *Educação em Perspectiva*. Viçosa, MG, v.8 n.1, p. 122-138, jan./abr. 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

SANTOS, Richard Christian Pinto e SOUZA, Grace Kelly Silva Sobral. Contribuições do Movimento Negro e das teorias críticas do currículo para a construção da educação das relações étnico-raciais. *Revista História Hoje*, nº 1, p. 179-192, Biênio: ago 2011 a jul 2013.

SILVA, Maria Rejane da e MOREIRA, Harley Abrantes. Religiões Afro-Brasileiras em Sala de Aula a partir da Análise de uma Turma de Educação de Jovens e Adultos. In: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. *Anais XVII Simpósio Nacional de História*. Natal, julho de 2013. p. 01-13. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364952202_ARQUIVO_rEJANE-ARTIGOANPUH.pdf. Acesso em: 16 março de 2018.

SOUZA, Jaqueline Saraiva e OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. *Multiculturalismo, Alteridade e Religiões Afro-Brasileiras*: uma discussão no âmbito das escolas estaduais e municipais de Recife e Olinda. Relatório Final de atividades do aluno de Iniciação Científica (IC) PIBIC/UFPE/CNPq. 2011.